

Reabertura de negociação com servidores abre caminho para recuperar serviços públicos

Com a presença dos ministros da Previdência, Carlos Lupi, da Educação, Camilo Santana, da Fazenda, Fernando Haddad, Casa Civil, Rui Costa, Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, Esther Dweck, da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macedo, do Trabalho, Luiz Marinho, do Planejamento, Simone Tebet e secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, tem início cerimônia que reinstala negociação permanente com servidores federais. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, compôs a mesa representando o Fonasefe. O Fonacate também participou da atividade.

A cerimônia sinalizou posicionamentos importantes do governo Lula e seu compromisso com servidores e serviços públicos. Por sua vez, a categoria vai seguir cobrando ações concretas e urgentes. O fortalecimento das entidades sindicais que representam os servidores foi apontado como fundamental e um dos pilares do fortalecimento da própria democracia brasileira.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi enfático ao dizer que o objetivo do atual governo é "tirar a granada do bolso de vocês", fazendo referência a frase do ex-ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, que marcou a gestão passada por diversas falas agressivas e de ataque aos servidores públicos. Haddad acrescentou que é servidor público estadual e sabe o que é ficar sem atendimento e consideração. "Pior do que isso é ser demonizado por aqueles que deveriam estar cuidando da sociedade", disse.



Primeiros passos

Durante a reinstalação da mesa de negociação, a ministra Esther Dweck assinou a minuta de um decreto liberando a inclusão de dirigentes sindicais na folha salarial, uma das pautas urgentes apresentadas ao governo. A ministra do Planejamento também anunciou que será liberado o pagamento relativo a exercícios anteriores no valor total de R\$350 milhões. A situação deve beneficiar cerca de dez mil servidores que aguardam por esse pagamento, segundo Tebet.

Outra notícia dada durante a atividade trata da revisão do Decreto 10.620/21, que desloca aposentados e pensionistas do serviço público para o INSS. Por se tratarem de regimes distintos, servidores sinalizam que o decreto é inconstitucional. As entidades vão seguir cobrando outras pautas que seguem pendentes e não foram diretamente tratadas na cerimônia de reabertura de negociações, mas seguem no radar como a revogação de outros atos administrativos considerados prejudiciais, entre eles a Portaria 10.723, de 2022, que trata da redistribuição de cargos efetivos ocupados na Administração Pública Federal.

Reunião confirmada para 16 de fevereiro

Na tarde dessa terça-feira, 7, a Condsef/Fenadsef voltou ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos onde se discute um calendário que dê a largada para efetivar as propostas e avançar nas negociações em torno das reivindicações mais urgentes já apresentadas pelos servidores do Executivo. A primeira reunião está confirmada para o dia 16 de fevereiro, já na quinta-feira da próxima semana, às 10 horas.

A expectativa é de que o governo apresente qual a proposta de reajuste que tem para o funcionalismo e oferece detalhes de como serão aplicados esses valores que estão previstos no orçamento da União. O objetivo é que a partir daí se possa travar um debate e diálogo que possibilite o atendimento imediato dessa que é considerada a demanda mais urgente da categoria, no momento. "Sabemos que esse será só o começo de um longo caminho que teremos para recuperar os serviços públicos brasileiros", reforçou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef.



Justiça condena empresa a pagar R\$ 50 mil à trabalhadora vítima de assédio sexual

A Justiça do Trabalho condenou uma empresa de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, a pagar R\$ 50 mil por danos morais a uma trabalhadora vítima de assédio sexual. A decisão é da 8ª Vara do Trabalho do município (primeira instância) e cabe recurso. O processo tramita em segredo de Justiça.

Segundo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), uma operadora de máquinas sofria com importunação sexual por parte do superior hierárquico e a empresa nada fez para punir o assediador.

“A trabalhadora apresentou vídeos das ocorrências e comprovou o desinteresse da organização em punir os frequentes casos de assédio”, informa o TRT.

Ela relatou que o superior “fazia investidas verbais e físicas, chegando até mesmo a tocar nos seios e partes íntimas dela”. Não havia canais de denúncias disponíveis na empresa, apenas uma “caixinha de sugestões”, vigiada por uma câmara.

Além disso, a encarregada do setor teria feito pouco caso quando a trabalhadora tentou expor o problema de assédio sexual. “Tentando contradizer a versão da mulher, as testemunhas patronais disseram que não receberam qualquer denúncia e que nunca souberam do comportamento inadequado do homem”, relata o TRT. Essas testemunhas falaram ainda

na existência de um manual interno de conduta, que não foi apresentado. A empresa também alegou que havia uma relação amorosa entre a trabalhadora e seu superior.

Promessas e ameaças

Para o juiz do trabalho Eduardo Santoro Stocco, os vídeos anexados ao processo comprovam algumas das situações relatadas pela empregada. “A autora narrou os fatos detalhada e consistentemente, citando inclusive datas e horários, palavras proferidas, meios de aproximação, promessas de vida fácil em troca de retribuição sexual e ameaças.” Além disso, observou, a empresa estaria agindo de forma contraditória, “pois ao mesmo tempo em que nega ter conhecimento de qualquer dos fatos articulados, afirma, por meio de sua preposta, que o ofensor tinha um relacionamento com a reclamante”.

O magistrado também citou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento recomenda “levar em consideração o contexto, a dificuldade de se



obter provas, as desigualdades estruturais e o medo de eventuais testemunhas de sofrer retaliações dos superiores hierárquicos”.

Fonte: CUT

FEVEREIRO
Roxo e Laranja

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LÚPUS, FIBROMIALGIA E MAL DE ALZHEIMER

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LEUCEMIA

SINDSEP
MARANHÃO

@SindsepMaranhao Sindsep.MA @SindsepMaranhao SindsepMaranhao